

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Prestação de serviços de lavanderia, compreendendo lavar, secar e passar, mensalmente, 30 (trinta) uniformes profissionais (jalecos) do Serviço de Saúde (áreas semicríticas e não críticas).

1.2. O objeto da contratação caracteriza-se como:

- ☒ Comum (aquele cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no termo de referência, por meio de especificações usuais de mercado – art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021);
- ☐ Especial (aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode ser considerado comum, nos termos do conceito acima - art. 6º, XIV, da Lei 14.133/2021).

1.3. O serviço enquadra-se no seguinte tipo:

- ☐ Serviço (escopo, prazo certo e não continuado).
- ☐ Serviço sob demanda contínuo (prazo certo e continuado)
- ☒ Serviço contínuo (continuado mensal).

Os jalecos de tecido são considerados equipamentos de proteção individual para categorias da saúde, o uso é indispensável nas atividades laborais. No entanto, necessita de higienização frequente para evitar o acúmulo de microrganismos.

Além disso, para manter a eficácia na proteção dos profissionais, recomenda-se higienização especializada para remoção de agentes infecciosos.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, a contar de 01/04/2025.

1.5. A contratação poderá ser prorrogada, sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, por se tratar de serviço continuado.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação é necessária para manter a eficácia na proteção dos profissionais da saúde que atuam em atividades periciais e de pronto-atendimentos realizados pelo Serviço de Saúde.

Ademais, com base nas contratações anteriores do serviço de lavanderia e pela variável no número de atendimentos realizados pelo Serviço de Saúde, estima-se que a quantidade de até 30 (trinta) jalecos higienizados, mensalmente, contemplem as necessidades do setor.

3. SOLUÇÃO

Houve dispensa do Estudo Técnico Preliminar, em razão ao disposto no inciso II do art.75 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

4. ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO

4.1. Catálogo Eletrônico do Ministério Público:

- ☐ O serviço CONSTA do Catálogo e suas especificações SEGUEM OS DETALHAMENTOS lá constantes.
- ☐ O serviço CONSTA do Catálogo, mas suas especificações NÃO SEGUEM O DETALHAMENTO lá constante.
- ☒ O serviço NÃO consta ou ainda NÃO consta do Catálogo.

4.2. Pré-qualificação:

- ☒ Não há serviços pré-qualificados.
- ☐ Há serviços pré-qualificados (art. 6º, XLIV e art. 80, § 5º, da Lei nº 14.133/21).

4.3. O serviço possui as seguintes especificações:

- a) Coletar e entregar as peças (jalecos) nas dependências do Serviço de Saúde a cada 15 (quinze) dias, ou seja, 02 (duas) vezes ao mês, respeitando a quantidade estipulada no Termo de Referência.
- b) Lavar, secar e passar, mensalmente, a quantidade de até 30 (trinta) uniformes profissionais (jalecos) em tecido de Algodão, Tergal, Oxford ou Poliéster.
- c) A lavagem dos uniformes profissionais (jalecos) deverá ser realizada de modo individual, ou seja, separadamente de qualquer outra peça de roupa que não as do Serviço de Saúde, com produtos que higienizem sem agredir os tecidos, e deverão ser passados manualmente, em razão de que as calandras não são eficientes para este tipo de tecido, e entregues dobrados em embalagens individuais.

4.4. Critérios e práticas de sustentabilidade (vinculados às características do objeto):

- ☒ Foram adotados

A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade para redução do impacto ambiental, tais como: uso consciente dos recursos naturais, reciclagem e destinação adequada dos resíduos.

- ☐ Não foram adotados

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Exigências legais:

☐ Foram verificadas e não existem para o objeto.

☒ Há exigências legais.

a) Alvará de Localização e Funcionamento emitido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico/Prefeitura Municipal de Porto Alegre (SMDE/PMPA), de acordo com a Lei nº. 9.782/1999 e as Leis Complementares do Município de Porto Alegre nº. 12/1975 e nº. 983/2023.

b) Licenciamento ambiental, conforme disposto na Resolução CONAMA 237/1997, Resolução CONSEMA 372/2018 e Resolução CONSEMA 496/2023 (estabelecimentos com área inferior a 100m² são isentos).

5.2. Garantia de execução do contrato:

☒ Não haverá exigência de prestação de garantia, nos termos do artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/2021.

☐ Será exigida garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, conforme regras previstas no contrato, computado sobre o valor anual do contrato.

5.2.1. Quaisquer das modalidades de garantia que a contratada optar deverá ser apresentado antes da assinatura do contrato, devendo ser apresentadas no prazo de 1 mês a contar da homologação do contrato.

5.2.2. A garantia, dentre outras regras constantes do contrato, assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e,

c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

5.2.3. A modalidade seguro-garantia e a carta-fiança somente serão aceitas se contemplarem todos os eventos indicados no item acima, observada a legislação que rege a matéria.

5.3. Outros documentos que antecedem o início da prestação dos serviços (a exemplo de ARTs, listagem de funcionários, etc.):

- ☒ Não existem outros documentos necessários à execução do serviço.
- ☐ Existem outros documentos necessários à execução do serviço.

5.4. Programa de Integridade:

Não haverá necessidade de apresentação, pela empresa contratada, de programa de integridade.

6. EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Prova de material decorrente da prestação do serviço:

- ☒ Não há material/produto a ser entregue
- ☐ Sim

6.2. Haverá emissão de ordem de serviço nos seguintes termos:

- ☒ Uma ordem de serviço para todo o contrato.
- ☐ Várias ordens de serviço, sob demanda, durante a execução do contrato.

6.3. Prazo de prestação dos serviços:

O serviço deverá ser realizado no prazo de 15 (quinze) dias, após a coleta das peças.

6.4. Local de prestação dos serviços:

- a) O serviço será prestado na sede da contratada.
- b) A empresa deverá efetuar a retirada dos uniformes profissionais (jalecos), no Serviço de Saúde da Procuradoria-Geral de Justiça, na Rua Andrade Neves, n.º 106, 12º andar, Centro Histórico, Porto Alegre/RS, em dia previamente estabelecido pela CONTRATANTE, mediante comunicação prévia à CONTRATADA por escrito, ocasião em que deverá proceder a entrega do lote anterior, devidamente higienizado.

6.5. Não serão aceitos serviços que não atendam fielmente às especificações técnicas.

6.5.1. Caso não estejam de acordo com o exigido, a contratada será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias, solucionar os problemas apontados.

6.6. Avaliação de Resultados por meio de critérios específicos:

- ☒ Não.

☐ Sim.

6.7. Recebimento:

☐ Haverá recebimento dos serviços, de acordo com a ordem de serviço emitida, conforme abaixo:

a) provisoriamente, na data da entrega do serviço, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

b) definitivamente, pelo gestor do contrato, no último dia útil do mês, mediante termo que comprove o atendimento das exigências contratuais.

☒ Haverá ateste dos serviços no mês seguinte à execução.

☐ Mais de um tipo de recebimento.

6.8. Subcontratação:

É vedada a subcontratação.

6.9. Garantia do serviço

☒ O prazo de garantia é o estabelecido na Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor): 30 dias para serviços não duráveis e 90 dias para serviços duráveis.

☐ Há prazo complementar à garantia legal.

6.9.1. Não havendo qualquer manifestação da contratada no prazo, a contratante providenciará, por outros meios, o conserto e/ou realização do serviço e cobrará o valor da empresa contratada.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE

7.1. A prestação do serviço será formalizada:

☐ Por nota de empenho, em substituição do termo de contrato.

☒ Contrato

7.2. As especificações e regras deste Termo deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.3. As comunicações entre o Ministério Público e a empresa contratada serão realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. A execução do contrato será coordenada pelo Gestor do contrato e na falta deste, por seu substituto, bem como acompanhada e fiscalizada pelo fiscal ou seu substituto.

7.4.1. Responsáveis pela Gestão e Fiscalização:

a) Gestor do Contrato: Unidade de Gestão de Contratos.

b) A fiscalização do contrato será exercida pela servidora Lidia Martins Rospa, e, como substituta, a servidora Simelle Recuero de Oliveira, com endereço na Rua General Andrade Neves nº 106, 12º andar, Centro Histórico, Porto Alegre/RS. Telefone: (51) 3295.8031, e-mails: martinsrospa@mprs.mp.br e simelle@mprs.mp.br, sempre com cópia para o e-mail: servicodesaude@mprs.mp.br (Serviço de Saúde).

7.4.2. O gestor do contrato poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.4.3. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o gestor poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, visando apresentar o plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.4.4. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, e, entre outras funções definidas no Provimento nº 05/2023:

a) verificará o cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência e Contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

b) anotar no procedimento, à medida que ocorrerem, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) emitirá notificações para a correção da execução do contrato, assim que identificada qualquer inexecução ou irregularidade, determinando prazo para a correção;

d) comunicará o gestor do contrato, em tempo hábil, qualquer situação que ultrapasse sua competência ou que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas.

7.4.5. Outras rotinas específicas relacionadas à execução contratual:

☒ Não

☐ Sim

7.5. Obrigações gerais do contratado:

- a) entregar o objeto da contratação na forma ajustada e de acordo com as especificações do Termo de Referência;
- b) manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas, comunicando imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração que venha a ocorrer em relação a essas exigências;
- c) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do ajuste;
- d) apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprove estarem cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas, bem como encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) permitir a fiscalização pelo CONTRATANTE e atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, gestor do contrato ou autoridade superior;
- f) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;
- g) não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados;
- h) manter atualizado o contrato social, bem como seus dados, especialmente endereço, telefone e email, durante toda a vigência do ajuste, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração;
- i) manter preposto no local do serviço, aceito pela Administração;
- j) cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- k) comprovar a reserva de cargos a que se refere à cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- l) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- m) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento da sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o

atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

n) não manter, durante toda a execução do contrato, direta ou indiretamente, vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul ou com agente público que desempenhou função na licitação/contratação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, os termos do disposto no artigo 14, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

o) não possuir, durante toda a execução do contrato, no quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação/contratação no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do artigo 3º, inciso II, da Resolução CNMP n.º 37/2009 (com redação dada pela Resolução CNMP n.º 172/2017);

7.6. Sanções:

7.6.1. Poderão ser aplicadas sanções de natureza moratória e punitiva diante do não cumprimento das cláusulas contratuais:

- a) multa por atraso: 0,5% sobre a parcela inadimplida por dia de atraso, no máximo de 20 dias;
- b) advertência;
- c) multa compensatória: até 10% sobre o valor total do contrato;
- d) impedimento de licitar e contratar por até 03 (três) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.6.2. Sanções específicas:

- ☒ Não existem sanções específicas vinculadas ao objeto.
- ☐ Existem sanções específicas vinculadas ao objeto.

7.6.3. A multa poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente, limitada a 30% (trinta por cento).

8. PAGAMENTO E REAJUSTE

8.1. Documentos que devem ser remetidos juntamente com a nota fiscal:

☒ Não

☐ Sim.

8.2. O documento fiscal deverá ser apresentado:

☒ Mensalmente, no mês subsequente à prestação dos serviços.

☐ Após o recebimento definitivo

☐ Misto

8.2.1. Somente serão aceitas Notas Fiscais Eletrônicas.

8.2.2. A Nota fiscal deverá ser enviada:

a) Aos cuidados de: Lidia Martins Rospa.

b) Endereço de e-mail: martinsrospa@mprs.mp.br/servicodesaude@mprs.mp.br

c) Em caso de dúvidas, telefone de contato: (51) 3295-8031.

8.2.3. A Nota fiscal deve destacar os impostos objeto de retenção.

8.2.4. Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos.

8.2.5. Não serão recebidos/protocolados documentos fiscais no período de 20/12 a 06/01 (período de recesso, se houver) ou em dias em que não houver expediente no órgão.

8.3. O pagamento dar-se-á no 15º (décimo quinto) dia após a protocolização da nota fiscal.

8.4. Sendo o caso de pagamento pro rata die, será adotado o mês comercial (30 dias).

8.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.6. Valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, poderão ser deduzidas do pagamento, de forma cautelar ou definitiva.

8.7. O não pagamento na data implica em atualização monetária entres as datas prevista e efetiva de pagamento, de acordo com a variação *pro rata die* do IPCA.

8.8. Os preços serão reajustados na proporção da variação do Índice de Preços ao Consumidor IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, observado o interregno mínimo de um ano da data do orçamento estimado.

8.8.1. Considera-se data do orçamento estimado, nos termos do Provimento 104/2023-PGJ, conforme o caso, a data da proposta, no caso de contratações diretas dos arts. 74 e 75, incisos III e seguintes, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021, a data do Mapa de Preços validado pela área requisitante, na fase do planejamento (ou pelo agente da contratação na fase de seleção do fornecedor, se feito).

8.8.2. O reajuste incide apenas sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.8.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

9. PROTEÇÃO DE DADOS

- ☒ O objeto do contrato não envolve tratamento de dados pessoais pela empresa contratada, em nome do Ministério Público/controlador (a empresa não atua como operadora de dados pessoais, nos termos do art. 5º, inc. VII, da Lei 13.0709/2018).
- ☐ O objeto do contrato envolve tratamento de dados pessoais pela empresa contratada, em nome do Ministério Público/controlador (a empresa atua como operadora de dados pessoais, nos termos do art. 5º, inc. VII, da Lei 13.0709/2018).

10. SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. FORMA DE SELEÇÃO:

- ☐ Licitação;
- ☒ Aviso de contratação direta (contratação direta pelo valor - art. 75, inc. I e II);
- ☐ Contratação direta
- ☐ Credenciamento

10.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

10.2.1. Critério de julgamento:

- ☒ Menor preço global
- ☐ Menor preço unitário

10.2.2. Parcelamento do Objeto:

- ☐ Há parcelamento do objeto.
- ☒ Não há parcelamento do objeto ou há agrupamento de itens, de forma total ou em parte (itens ou lotes).

Trata-se de objeto com um único item.

10.3. TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ME/EPP):

- ☐ Não se aplica (para contratações diretas, exceto as dispensas do art. 75, I e II, da Lei 14.133/2021);
- ☒ O tratamento diferenciado deve seguir o valor apurado na pesquisa de preços, conforme art. 48, inc. I, da Lei Complementar nº 123/06;
- ☐ O tratamento diferenciado observa regra de mercado ou exceção legal:
 - ☐ Não existem ao menos 3 fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP, capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
 - ☐ O tratamento diferenciado e simplificado para as ME/EPP não é vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.
- ☐ O tratamento diferenciado é alterado por alguma regra de mercado.

10.4. EXIGÊNCIAS VINCULADAS À PROPOSTA

10.4.1. Carta de Solidariedade:

- ☒ Não será exigida Carta de Solidariedade
- ☐ Será exigida carta de Solidariedade emitida pelo fabricante (no caso de fornecedor revendedor ou distribuidor)

10.4.2. Laudos e Declarações:

- ☒ Não serão exigidos laudos e declarações.

- ☐ Serão exigidos laudos e declarações.

10.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.5.1. Qualificação técnico-profissional e técnico-operacional:

- ☐ Profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;
- ☐ Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios.
- ☐ Visita técnica ou vistoria.
- ☐ Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.
- ☒ Prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial.

a) Alvará de Localização e Funcionamento, de acordo com as Leis Complementares do Município de Porto Alegre nº. 12/1975, nº. 983/2023 e da Lei nº. 9.782/1999.

b) Licenciamento ambiental, de acordo com a Resolução CONAMA 237/1997, Resolução CONSEMA 372/2018 e Resolução CONSEMA 496/2023 (estabelecimentos com área inferior a 100m² são isentos).

- ☐ Registro ou inscrição na entidade profissional competente.
- ☐ Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

10.5.2. Qualificação técnica do subcontratado:

- ☒ Não haverá

- ☐ Haverá:

10.6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- ☒ Não haverá.

- ☐ Comprovação de que possui capital mínimo ou patrimônio líquido equivalente a até 10% do valor estimado da contratação.

- ☐ Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro mínimo de R\$

10.7. CONSÓRCIO:

- ☒ Não há qualquer indicativo técnico para a vedação à participação de empresas em consórcio.
- ☐ Há indicativos técnicos para a vedação à participação de empresas em consórcio.
- ☐ Não se aplica (apenas para contratações diretas).

11. ESTIMATIVA DO VALOR

O valor será divulgado após a realização da estimativa de preços.